

## DEVER E INCLINAÇÕES EM KANT

Aguinaldo Pavão\*

**RESUMO:** A filosofia moral de Kant pode ser criticada com base na alegação de que ela, ao exigir uma austera disposição de ânimo para que se possa atender às obrigações morais, não deixa qualquer espaço para as inclinações. Certamente um dos focos dessa leitura se encontra na I seção da Fundamentação em que Kant se refere ao ato caritativo de um filantropo insensível. Essa passagem parece apoiar a interpretação segundo a qual a moral em Kant requer a supressão das inclinações para que a ação tenha valor moral. Daí, aparentemente, se justificar a famosa crítica de Schiller ao rigorismo de Kant. Postas assim as coisas, poder-se-ia dizer que Kant é, em parte, responsável por essas incompreensões. Contudo, é possível defender, com base nas próprias premissas da filosofia moral kantiana, que as inclinações não retiram o valor moral de uma ação. O que a moral de Kant exige é que o fundamento de determinação das ações não sejam as inclinações. Ora, isso é diferente de se pretender a supressão das inclinações. Com efeito, essa pretensão seria contraditória com a natureza finita do homem, não sendo, de modo algum, exigida pela moral de Kant.

**PALAVRAS-CHAVE:** Inclinação. Dever. Valor moral. Rigorismo.

## KANT INCLINATIONS AND REONSABILITIES

**ABSTRACT:** Kant's moral philosophy can be criticized on the basis of the allegation that, requiring an austere disposition for attend to the moral obligations, does not leave any space for the inclinations. The focus of that reading is found in Groundwork I in that Kant refers to the charitable act of an unfeeling philanthropist. This passage seems to support the interpretation which the moral in Kant require the suppression of the inclinations for action have moral value. Thence, apparently, there is basis to Schiller's well-known criticism to the rigorism of Kant. Thus, Kant is, in part, responsible by those incomprehensions. However, it is possible defend the kantian moral philosophy, on the basis of the premise that inclinations did not withdrawn the moral value of an action. Kant's moral only requires is that the determining ground of the actions is not the inclinations. Now, that is unlike intend the suppression of the inclinations. Indeed, that pretension would be contradictory with the finite nature of the man. Apart from, this pretension is not required by the Kant's moral.

**KEY WORDS:** Inclination. Duty. Moral value. Rigorism.

---

\* Doutor em Filosofia pela Unicamp. Prof. da Universidade Estadual de Londrina - Centro de Ciências Humanas – Departamento de Filosofia. Av. Garibaldi Deliberador, 325 Blc. 04 apto. 71 - Jardim Cláudia, 86050-280 Londrina - PR-Brasil  
E-mail: aguinaldo\_pavao@hotmail.com

Recebido em: set. 2007

Avaliado em: out. 2007

Na *Religião nos Limites da Simples Razão*, Kant defende um ponto de vista rigorista acerca do bem e do mal na natureza humana. A fim de explicitar essa tese, Kant, em nota de rodapé, aborda a crítica de Schiller ao seu rigorismo na moral. Ele menciona o texto de Schiller *Graça e dignidade na moral* em que a sua concepção rigorista é criticada tendo em vista uma suposta exigência de uma austera disposição de ânimo para que se possa atender às obrigações morais, não deixando qualquer espaço para a graça<sup>1</sup>. Schiller estaria supondo que a moral em Kant requer a supressão das inclinações para que a ação tenha valor moral.

Certamente, um dos focos dessa leitura se encontra na I seção da *Fundamentação*<sup>2</sup> em que Kant se refere ao ato caritativo de um filantropo insensível (KANT 1980, p. 113). O contexto em que esta referência se dá diz respeito à tentativa de elucidar o significado de uma ação com valor moral. Kant quer mostrar que apenas uma ação por dever pode ser legitimamente qualificada como moral. Para tanto, quatro exemplos são oferecidos: o do merceeiro honesto, do indivíduo que deseja suicidar-se, do filantropo insensível e do sofredor de gota. No primeiro caso, a honestidade do merceeiro nada pode nos dizer acerca do valor moral de sua ação, pois é perfeitamente possível compreender a sua atitude a partir de seus interesses. Essa, portanto, pode ser etiquetada como uma ação conforme ao dever, mas não por dever. Kant argumenta que a distinção entre uma ação por dever e uma ação para a qual pode-se pensar que o indivíduo seria levado a praticar sem nenhuma inclinação imediata é fácil. É assim que ele compreende o exemplo do merceeiro honesto. Porém, como o seu propósito é clarificar o sentido de uma ação por dever, a estratégia que lhe parece mais correta consiste em imaginar casos em que estão presentes inclinações imediatas para a prática de ações moralmente recomendáveis. Ou seja, Kant constrói cenários hipotéticos através dos quais seja possível isolar as ações com valor moral. Assim, o indivíduo que deseja o suicídio, em virtude de uma série de contrariedades e desgostos com a vida e, contudo, a preserva<sup>3</sup> pode representar a figura de alguém que age por dever. Com efeito, não é a inclinação imediata de amor à vida, responsável em geral pelo cuidado que dispensamos a nossa autoconservação, o móvel de sua ação. Longe disso, ele con-

<sup>1</sup> Essa “graça” parece querer significar uma espécie de jogo entre razão e sensibilidade na desenvoltura do agir humano. O requerimento de graça seria o requerimento de que o ser humano deve agir com todo o seu ser afetivo (TUGENDHAT 1997, p. 128-129).

<sup>2</sup> Abreviaturas: FMC: *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*; R: *A Religião nos Limites da Simples Razão*; CRP: *Crítica da Razão Pura*; CRPr: *Crítica da Razão Prática*; TP: *Sobre a expressão corrente: isto pode ser correcto na teoria, mas nada vale na prática...*; MC: *Metafísica dos Costumes*; LE: *Lições de Ética* e GN: *Grandezas Negativas*. As indicações das traduções e da edição em alemão utilizadas constam na bibliografia.

<sup>3</sup> Estou supondo, com Kant, que conservar a vida seja um dever moral. Esse é um ponto discutível, mas não vem ao caso examiná-lo aqui.

serva a vida suplantando a sua inclinação suicida. O exemplo do homem sofrendo de gota é oferecido por Kant para defender a tese de que o dever indireto de buscar a própria felicidade também tem de causar danos às inclinações. Os prazeres momentâneos devem ser desprezados para que se tenha saúde.

Passemos agora ao caso do filantropo insensível. Neste exemplo, Kant parece ter deixado várias janelas abertas por onde os seus críticos puderam desenvolver constantes ataques à sua moral. Vamos admitir que seja nosso dever praticarmos a caridade. Uma alma compassiva pode tranquilamente cumprir esse dever por uma inclinação imediata. Se ela age caritativamente por um sentimento compassivo, o móvel de sua máxima será uma inclinação. Ora, isso retira qualquer valor moral de sua ação, pois essa pessoa teria agido apenas conforme ao dever, mas não por dever. Kant imagina então a figura do filantropo insensível.

Admitindo, pois, que o ânimo desse filantropo estivesse velado pelo desgosto pessoal que apaga toda a compaixão pela sorte alheia, e que ele continuasse a ter a possibilidade de fazer bem aos desgraçados, mas que a desgraça alheia não o tocava porque estava bastante ocupado com a sua própria; se agora que nenhuma inclinação o estimula já, ele se arrancasse a esta mortal insensibilidade e praticasse a ação sem qualquer inclinação, simplesmente por dever, só então é que ela teria o seu autêntico valor moral. (KANT, 1980, p. 113).

Como se vê, Kant está apregoando a eliminação de qualquer inclinação para que a ação tenha valor moral. Daí, aparentemente se justificar a crítica que Schiller tornada célebre pelos dois epigramas, *Escrúpulo da Consciência e Decisão*<sup>4</sup>, em que a virtude é apresentada como possível apenas se agirmos de mau grado, exigindo sempre que nos censuremos por nossos sentimentos humanitários e amistosos. Schopenhauer também faz coro com essa crítica, o que não surpreende sendo ele um defensor da compaixão como fundamento da moral. Segundo Schopenhauer, a tese de Kant revoltaria o sentimento moral genuíno, constituindo-se numa “apoteose da ausência de amor” (1995, p. 37).

Postas assim as coisas, poder-se-ia dizer que Kant é, em parte, responsável por essas incompreensões. De fato, na FMC, além do exemplo do filantropo insensível, ele declara que “uma ação realizada por dever deve eliminar totalmente a influência (Einfluss) da inclinação e com ela todo o objeto da vontade” (KANT, 1980, p. 114). Se

---

<sup>4</sup> *Escrúpulo da Consciência*: Eu ajudo de bom grado meus amigos; mas ai de mim? Eu o faço com inclinação / E assim eu me sinto seguidamente atormentado com o pensamento de que eu não sou virtuoso / *Decisão*: Não há outro caminho a tomar, tu deves procurar desprezá-los / E cumprir então com repugnância o que o dever te ordena.

entendermos influência como a ação exercida pelas inclinações sobre a vontade, determinando-a, então podemos concordar com a afirmação de Kant. Porém, no sentido de influxo, de convergência, pode-se defender, como tentarei fazer na seqüência, a partir das próprias premissas kantianas, que as inclinações não retiram o valor moral da ação.

Uma outra passagem na FMC reforça a idéia de que as inclinações devem ser suprimidas para que a ação tenha valor moral.

As próprias inclinações, porém, como fontes das necessidades, estão longe de ter um valor absoluto que as torne desejáveis em si mesmas, que muito pelo contrário, o desejo universal de todos os seres racionais deve ser o de se libertar totalmente delas. (KANT, 1980, p. 135)<sup>5</sup>.

Se confrontarmos essas passagens com a Religião, poderemos perceber uma mudança significativa de tom. Kant sustenta que

as inclinações naturais, consideradas em si mesmas são boas, i.e., irrepreensíveis, e pretender extirpá-las não só é vão, mas também prejudicial e censurável; pelo contrário, há apenas que domá-las para que não se aniquilem umas às outras, mas possam ser levadas à consonância num todo chamado felicidade. Mas a razão que tal leva a cabo chama-se prudência. Só o moralmente contrário à lei é em si mau, absolutamente reprovável e deve ser exterminado. (KANT, 1992, p. 64)<sup>6</sup>.

Mas é preciso lembrar que já na FMC podem ser encontrados recursos conceituais que permitem a compreensão de que o dever moral não exige a supressão das inclinações. Com efeito, no início da I seção da FMC lemos que algumas qualidades são favoráveis à boa vontade e facilitam a sua obra, sem possuírem, contudo, valor íntimo absoluto (KANT, 1980, p. 109). As qualidades a que Kant se refere parecem dizer respeito às qualidades do temperamento (Eigenschaften des Temperaments), mencionadas em FMC I § 1, a saber, coragem, decisão, constância de espírito. No entanto, afigura-se razoável estender esse favorecimento e facilitação ao temperamento de um modo geral,

---

<sup>5</sup> Na CRPr 137/A 212: “[...] as inclinações variam, crescem com a promoção que se lhes permite experimentar e deixam sempre um vazio ainda maior do que aquele que se julgara preencher. Eis porque são sempre onerosas para um ser racional e, embora este não possa delas desfazer-se, provocam nele o desejo de delas se desembaraçar.”

<sup>6</sup> A esse respeito, ver Beck (1966, p. 230-231).

ou melhor, às qualidades de temperamento em geral que podem ajudar a promover a virtude. Na FMC Kant diz que as qualidades do temperamento “são sem dúvida a muitos respeitos coisas boas e desejáveis; mas também podem tornar-se extremamente más e prejudiciais se a vontade, que haja de fazer uso destes dons naturais e cuja constituição particular por isso se chama caráter (Charakter) não for boa” (1980, p. 109).

No final do próprio parágrafo em que Kant fala do filantropo insensível, ele faz uma declaração que realça o contraste entre caráter e temperamento.

Se a natureza tivesse posto no coração deste ou daquele homem pouca simpatia, se ele (homem honrado de resto) fosse por temperamento frio e indiferente às dores dos outros [...] se a natureza não tivesse feito de um tal homem (que em boa verdade não seria o seu pior produto) propriamente um filantropo, não poderia ele encontrar ainda dentro de si um manancial que lhe pudesse dar um valor muito mais elevado do que o dum temperamento bondoso? Sem dúvida – e exatamente aí é que começa o valor do caráter, que é moralmente sem qualquer comparação mais alto, e que consiste em fazer o bem não por inclinação, mas por dever. (KANT, 1980, p. 113).

Podemos entender a compaixão como um traço, ou uma qualidade, do temperamento que favorece a ação virtuosa, mas que não pode ser entendida como o fundamento de determinação da vontade, pois ela não é um princípio moral (como pensava Schopenhauer). Paton assinala corretamente que Kant “reconhece que as inclinações têm um papel a jogar na vida moral. [...] Algumas inclinações, tal como a simpatia natural, ajudam-nos muito a realizar nossos deveres de ações benevolentes, e elas devem ser cultivadas por essa razão.” (1970, p. 49).

É preciso, pois, notar que uma coisa é agir por inclinação, outra é agir com inclinação. Parece que é justamente isso que Kant evoca na nota em que discute com Schiller. Kant, nessa nota, alega que a virtude “permite muito bem a companhia das Graças” (R: 29n/B1 1n.) e que, sem uma “alegre disposição de ânimo”, o amor ao bem, isto é, o seu acolhimento em uma máxima, sempre restaria incerto (KANT, 1992, p. 30n.)<sup>7</sup>.

O que a moral de Kant exige é que o fundamento de determinação das ações não

---

<sup>7</sup> Em O fim de todas as coisas, Kant afirma: “o que alguém não faz de bom grado fá-lo de modo tão mesquinho e também com pretextos sofisticados sobre o mandamento do dever que não se poderia contar muito com este enquanto móbil, sem a participação do amor” (116/A 518-519). Kant entende aí o amor como “o livre acolhimento de outrem submetido às suas máximas” (id.).

sejam as inclinações<sup>8</sup>. Isso é uma coisa. Outra, é pretender a supressão das inclinações, o que seria contraditório com a natureza finita do homem e, de modo algum, repita-se, exigido pela moral de Kant.

Todavia, não se deve deixar de notar que, sendo a inclinação, como Kant define, “a dependência que a faculdade de desejar está em face das sensações” (1980, p. 124n) é autocontraditório o comando de fazer algo por inclinação.

Com efeito, um mandamento segundo o qual se deve de bom grado fazer algo é em si contraditório, porque se já sabemos por nós mesmos o que devemos fazer, se, além disso, estivéssemos conscientes ainda de o fazer de bom grado, um mandamento seria a este propósito inteiramente desnecessário e se o fazemos, mas não de bom grado e só por respeito pela lei, um mandamento que faz deste respeito um móbil da máxima, agiria precisamente contra a disposição ordenada. (KANT 1986, p 99).

Deve-se reconhecer, portanto, que não é uma disjunção necessária agir de bom grado ou agir por dever, isto é, por respeito à lei. E tem outra: Até seria possível ser moral, sem agir por dever, pois se eu cumprio sempre de bom grado a lei moral, eu revelo com isso um traço santo da minha disposição moral. Kant admite isso. Com efeito, logo abaixo a citação acima da CRPr se lê: “Se alguma vez uma criatura racional conseguisse chegar a cumprir inteiramente de bom grado (gerne zu tun) todas as leis morais, isso significaria tanto como se nela nem uma só vez se encontrasse a possibilidade de um desejo que a incitasse a delas se afastar. [...]. A esse estágio da disposição moral, porém, jamais pode chegar uma criatura.” (KANT 1986, p. 149). É verdade que a idéia de um ser moralmente perfeito poderia dar conta dessa hipótese, mas a possi-

---

<sup>8</sup> “Uma ação não cessa de ter valor se ela é acompanhada por prazer ou mesmo por um desejo de prazer; ela cessa de ter valor moral se ela é feita apenas por causa do prazer ou apenas para satisfazer uma inclinação” (PATON, 1970, p. 50). Daí se depreende o equívoco de muitas críticas e interpretações de Kant de acordo com as quais a filosofia moral kantiana exigiria que uma ação para ter valor moral devesse se dirigir contra as inclinações. Isso é o que se vê, por exemplo, em Hans Kelsen em sua Teoria Pura do Direito (1998, p. 69). É digno de nota que o abono de Kelsen (1998, p. 405) não é suficiente para a sua interpretação. Ele oferece como fiança justamente a passagem em que Kant sustenta a idéia de que uma ação caritativa, realizada por inclinação imediata, pode merecer estima e louvor, mas não tem nenhum verdadeiro valor moral (KANT, 1980, p. 113). Ora, como argumentei acima, do fato de se negar valor moral às ações por inclinação não se segue que todas as ações com inclinação sejam destituídas de valor moral. Exemplo de leitura apressada de Kant também encontramos em Nietzsche. Ele afirma que Kant “ensina expressamente que temos de ser insensíveis ao sofrimento alheio para que nosso bem-fazer tenha valor moral - o que Schopenhauer, muito desgostoso, como se pode compreender, denomina a sensaboria kantiana” (Aurora, livro II, § 132). Ainda em Aurora se lê: “Quando o dever deixa de ser custoso, quando depois de longo exercício ele se transforma em alegre inclinação e em necessidade, os direitos de outros, aos quais se referem nossos deveres, agora nossas inclinações, se tornam algo outro; ou seja, ocasiões de sensações agradáveis para nós. [...] Exigir que o dever seja sempre algo de custoso - como o faz Kant - significa exigir que ele nunca se torne hábito e costume: nessa exigência reside um pequeno resíduo de crueldade ascética.” (livro IV, § 339). Nietzsche está errado em pensar o dever como necessidade, ainda que ele fale em transformação, o que não ajuda muito, pois então não seria mais dever e Kant não poderia ser criticado. Está errado também, é claro, em considerar que Kant exigiria que sempre o dever fosse custoso.

bilidade de ser moral sem precisar agir por dever é uma possibilidade que não está ao alcance de criaturas sensíveis, isto é, de seres finitos.

#### Referências

BECK, Lewis White. *A commentary on Kant's critique of practical reason*. Chicago: The University of Chicago Press, 1966.

KANT, Immanuel. *Crítica da razão prática*. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Ed. 70, 1986.

KANT, Immanuel. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Tradução de Paulo Quintela. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

KANT, Immanuel. *La metafísica de las costumbres*. (Prólogo e introdução geral) Tradução de Adela Cortina Orts e Jesus Conill Sancho. Madrid: Tecnos, 1994.

KANT, Immanuel. *A religião nos limites da simples razão*. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Ed. 70, 1992.

KANT, Immanuel. O fim de todas as coisas. in: \_\_\_\_\_. *A paz perpétua e outros opúsculos*. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Ed. 70, 1988. p.103-118.

KANT, Immanuel. *Die metaphysik der sitten*. Werkausgabe VIII. Ed. W. Weischedel. Frankfurt: Surkamp, 1991a.

KANT, Immanuel. *Die religion innerhalb der grenzen der blossen vernunft*. Werkausgabe VIII. Ed. W. Weischedel. Frankfurt: Surkamp, 1991b.

KANT, Immanuel. *Grundlegung zur metaphysik der sitten*, Werkausgabe VII. Ed. W. Weischedel. Frankfurt: Surkamp, 1991c.

KANT, Immanuel. *Kritik der praktischen vernunft*. Werkausgabe VII. Ed. W. Weischedel. Frankfurt: Surkamp, 1991d.

KELSEN, Hans. *Teoria pura do direito*. 6. ed. Tradução de João Baptista Machado. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

NIETZSCHE, Friedrich. *Aurora*. Tradução e notas de Rubens Rodrigues Torres Filho. São Paulo: Nova Cultural, 1987. Os Pensadores.

PATON, H. J. *The categorical imperative: a study in Kant's moral philosophy*. London: Hutchinson, 1970.

SCHOPENHAUER, Arthur. *Sobre o fundamento da moral*. Tradução de Maria Lúcia Cacciola. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

TUGENDHAT, Ernst. *Lições sobre ética*. Tradução do grupo de doutorandos do Curso de Pós-Graduação da UFRGS, revisão e organização da tradução de Ernildo Stein e Ronai Rocha. Petrópolis: Vozes, 1997.